

**Instrumento Particular de Adesão e Escrição da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 180.000.000,00 da Sanjata Alimentos S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como Emissora, Sanjata Alimentos S.A., companhia aberta, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Osasco 513, CEP 05339-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 13.089.960/0001-71, neste ato representada na forma de seu estatuto social e como Agente Fiduciário, Agora Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro, 47, 3.º andar, CEP 01013-020, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu contrato social ratificando-se Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 180.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) da Sanjata Alimentos S.A., ("Escritura de Emissão") que entre si, firmaram em 26/11/99, resolvem de mútua e comum acordo alterá-la especificamente no que diz respeito a data de emissão das debêntures, que será em 17/01/2000 ao invés de 01/12/1999, razão pela qual as cláusulas V e VI, da mencionada Escritura Particular passam a ter a seguinte redação:

**Cláusula V - Do Título**

- 5.1 **Tipo e Forma.** As Debêntures serão escrituras, nominativas, simples, não conversíveis em ações.
- 5.2 **Espécie.** As Debêntures terão garantia fluente.
- 5.3 **Data de Emissão.** A data de emissão será a de 17 de janeiro de 2000.
- 5.4 **Prazo e Data de Vencimento.** O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de janeiro de 2003.
- 5.5 **Remuneração.** As debêntures renderão juros equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia denominada Taxa DI, over extra night, expressa na forma percentual ao ano, base 362 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, sobrevante denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e acumuladas por data temporária por dias decorridos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures desde a data de emissão ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.
- 5.5.1 **Periodicidade de pagamento:** os juros serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, vencendo-se no 17 dia dos meses de junho e janeiro de cada



Bernardo Diniz de Aguiar  
(CPF nº 41.111.111-11)

Região das Américas  
BCH/Brasília, 12/05/2010



anco, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de julho de 2001, sem prejuízo do disposto no item 5.5.13.

5.5.1 - Se esta(s) data(s) coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, a(s) data(s) de vencimento dos juros fixará(m) a(s) data(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer abatimento monetário aos valores a serem pagos.

5.5.2 - Período de Vigência da Remuneração: As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência (a) data de emissão até 17 de janeiro de 2001, data da primeira repactuação.

5.5.3 - Fórmula de cálculo da remuneração

$$JR = VN \times \left[ 1 + \left( T + T_{\text{ref}} \times S \right) \times (t_1 + 1) \right]$$

onde:

JR = valor dos juros a ser pago na data do 1ºs vencimento;

VN = valor nominal da debênture no início do "período de capitalização";

$(t_1 + t_2 + \dots + t_n)$  = fator de variação acumulado da Taxa CI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos  $t_1, t_2, t_3$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$t_i = \left[ 1 + \frac{\text{Taxa CI}}{100} \right]^{360 \times \left( \frac{t_i}{360} \right)} - 1$$

onde:

$t_i$  = fator da Taxa CI referente ao dia  $t_i$ ;

Taxa CI = Taxa CI, em percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia  $t_i$ ;

S = 108 %.

5.5.4 - Período de capitalização dos juros. Define-se "período de capitalização" dos juros como sendo o intervalo de tempo durante o qual os juros serão

  

Remota (Emissora) Francisco  
D.F.C.A.Simpio Dias dos Santos  
Emissor (Emissor), Francisco

acumuladas de forma exponencial. O valor das juras será agregado ao valor nominal para efeito de amortização do saldo devedor das debêntures. O pagamento das juras será exigível somente no final do "período de capitalização", sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

**5.5.5 - Amortização da Taxa DI** - No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures da Taxa DI, conforme definida nesta Escritura, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, e no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures e ser proposto pela Emissora.

**5.5.5.1** Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a remuneração que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última remuneração publicada e a data da próxima Assembleia.

**5.6 - Repetição.** O Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar e comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias (dias) da data de encerramento de cada "período de vigência da Remuneração" das Debêntures as condições da Remuneração aplicáveis ao "período de vigência da Remuneração" subsequente:

- I. o prazo do "período de vigência da remuneração" subsequente;
- II. o tipo e o(s) percentual(is) da Remuneração a vigorar durante o "período de vigência da Remuneração" subsequente; e
- III. a periodicidade de pagamento da Remuneração.

**5.6.1** As condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto na Clausula 5.6 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Clausula 5.15 abaixo, concedendo-se o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação, por meio do CETIP.

**5.6.2** Sem prejuízo do disposto na Clausula 5.6 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debênturas dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestarem de acordo com o disposto na Clausula 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data de efetiva aquisição, que deverá ocorrer no encerramento de cada "período de vigência da Remuneração".

**5.7 - Repetição Antecipada.** A Emissora se obriga a repagar antecipadamente em conformidade com o disposto na Clausula 5.6, item 5.6.1 supra, todas as obrigações objeto desta emissão, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:



Bernardo Diniz de Fátima  
Diretor

Sergio Dias dos Santos  
Assessor Jurídico



- I. a alteração do controle adquirente da Emissão;
- II. a alteração de ativos da Emissora em montante, inferior ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigido monetariamente anualmente ou pelo menor período permitido por lei, pela variação do IGP-44 (Índice Geral de Preços - Mensagem da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de novembro/1995. No caso de extinção deste índice até a sua não divulgação, deverá ser utilizado o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) daquela mesma Fundação. E, na extinção ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita a real desvalorização da moeda.

§ 7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.9 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aderirem às condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestarem de acordo com o disposto na Cláusula 5.5.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de manifestação dos debenturistas.

§ 8 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Prazo de Subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro na CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração a que se refere a Cláusula 5.5 acima, calculada pro-rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

§ 9 Resgate Antecipado. A qualquer momento, respeitando-se o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão, a emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro-rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 55 da Lei nº. 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

§ 10 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº. 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora, incluindo aquelas que vierem a ser adquiridas nos termos das Cláusulas 5.5.2 e 5.7.1 acima, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando colocadas

Emissora Brasileira Financeira  
S.A.

Av. Paulista, 1.500 - 15º andar  
05508-900 - São Paulo - SP



no mercado, tanto por a mesma Remuneração das demais Cédulas em circulação.

- § 11 Multa de Mora e Juros Moratórios. Decorrente irregularidade no pagamento de qualquer conta devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- § 12 Desistência dos Direitos aos Acréscimos. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, encargos, todavia, os débitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- § 13 Local de Pagamento. Os pagamentos referentes ao principal e a Remuneração a que fazem jus as Cédulas, serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANSIMA, e operacionalizado pela CESTIP, e no Banco Bradesco SA, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.
- § 14 Prorrogação dos Prazos. Considerando-se prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, sem acarretar qualquer acréscimo, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário.
- § 15 Publicidade. Todas as atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, visem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal Diário do Comércio.
- § 16 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidos todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debênturas, acrescido da Remuneração (e, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória calculados de acordo com o disposto na Cláusula § 11 acima), calculados exponencialmente por dias decorridos, devendo para tanto comunicar à Emissora no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
1. protesto legítimo e referido de títulos contra a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por ela ou má-fé de terceiro desde que validamente comprovado pela Emissora; ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for



Bernardo (Gustavo) Franco  
OFICIALSimplicia dos Santos  
Escriturante nº 11.122.000

04

objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;

- II. liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- III. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- IV. falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- II. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual; e
- IV. demais casos previstos nesta Escritura de Emissão ou em lei.

5.16 - Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados conforme previsto temporariamente até a data do efetivo pagamento, em até 30 (trinta) dias contados da comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, através de carta protocolada no endereço constante da Clausula 11.1 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos na Clausula 5.11 acima.

## VII - Do Agente Fiduciário

7.1 - A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunidade dos detentores das debêntures perante a Emissora declarando:

- I. sob as penas da Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 7º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente as demais atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e

Bernardo Quintão Freitas  
1º Oficial

Sérgio Dias dos Santos



- iv) não se enquadra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1993.

7.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou vencimento das Debêntures.

7.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) a (quatro) parcelas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no ato de assinatura desta escritura e as demais no dia 17 de janeiro dos anos de 2.001; 2.002 e 2.003;
- b) as parcelas do item "a" anterior, serão corrigidas monetariamente em 17/01/2001, 17/01/2002 e 17/01/2003, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de novembro/1999. No caso de extinção deste índice ou a sua não divulgação, deverá ser utilizado o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) daquela mesma Fundação. E, na extinção ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita a real desvalorização da moeda;
- c) As remunerações serão oneradas do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, da contribuição ao fundo de participação do programa de integração social - PIS e qualquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração ao Agente Fiduciário, excluindo-se o imposto de renda - IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.2.1 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.2.2 A Emissora compromete-se a efetuar, desde que previamente aprovado, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido satisfeito na forma deste índice, será adicionado à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferido a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;

Bernardo Quintão Franco  
CPF nº 000.000.000-00Sérgio Dias das Neves  
Escrição nº 000.000.000-00

- II. emissão de certidões;
- III. despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de extinção, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário e ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de renúncia, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. a facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora revogada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XVI da Cláusula 7.4 above;
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.





7.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear, observado o disposto na cláusula 7.2, letra "v" desta escritura, (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços, e (b) todos os encargos civis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaplicação;
- V. conservar em sua posse toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, dispensando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou delitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos adendamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando as administradoras acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes das informações;
- IX. emitir parecer sobre a veracidade das informações constantes das propostas de modificações nas condições dos Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para obter desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores de Dívidas, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localize a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária à Emissão;





- XII. convocar, quando necessário, a assembleia dos debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIII. comparecer à assembleia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 66 da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, rescalque e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, especialmente aquelas previstas na Cláusula 6.1 acima; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- XV. colocar o relatório de que trata o inciso XIV acima à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar do encerramento do exercício social, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;





Armário: Obediente Praxeiro;  
Cordial;

Sigilo: Não desconfio  
Empenho: não desconfio



- (c) na CVM;
- (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (e) na instituição que fature a colocação das Debêntures;

XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório e que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;

XVII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente aquelas impostas de obrigações de fazer e de não fazer, inclusive a alínea (a) do inciso I, e os incisos VI e VIII da Cláusula 9.1 acima e a Cláusula 9.1 abaixo; e

XIX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da carteira dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (c) à Emissora.

7.5 No caso de inadimplemento da Emissora, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora;
- III. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora, salvo deliberação em contrário da assembleia de debenturistas.

Bernardo Almeida Franco  
OFICIAL

Sérgio Dias dos Santos  
OFICIAL

7.5.1 O Agente Fornecedor somente se eximirá da responsabilidade pelo não ajuizamento das medidas contempladas nos incisos I a II da Cláusula 7.5 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese de inciso IV da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

Essas são as únicas alterações que as partes houveram por bem fazer a efeito na Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 150.000.000,00 da Santista Alimentos S.A., permanecendo inalteradas as suas demais cláusulas e condições, as quais, por esta e melhor forma de direito, são ora ratificadas para que continuem a surtir seus jurídicos e legais efeitos.

Estando assim certas e ajudadas, firmam as partes o presente Instrumento Particular de Alteração e Ratificação da Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 150.000.000,00 da Santista Alimentos S.A., em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 05 de dezembro de 1999

Santista Alimentos S.A.

Nome: José Antonio do Prado Fay  
Cargo: Diretor

Nome: Pedro Alexandre Gomes Pinheiro  
Cargo: Diretor

Aparto Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Nome: [illegible]  
Cargo: [illegible]

Nome: [illegible]  
Cargo: [illegible]

Testemunhas

Nome: [illegible]  
R.G.: 3.542.851-50444

Nome: [illegible]  
R.G.: 3.542.851-50444